



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012190-36.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções**  
 Requerente: **Patricia Jardim Moyzes Bueno**  
 Requerido: **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O DETRAN é parte legítima pois ele é nele que tramita o procedimento para a cassação do direito de dirigir cujo desfecho que pretende anular na presente demanda.

No mérito, o processo administrativo para a cassação do direito de dirigir, nº 527/2016, está fundamentado no fato de o veículo placa EBS7135 ter sido supostamente conduzido pela parte autora em 25.03.2016, data em que a parte autora estava com a CNH suspensa.

Todavia, consoante declaração de fl. 33, referida infração não foi praticada pela parte autora e sim por seu marido. Essa declaração, sozinha, não seria prova suficiente, entretanto não se deve ignorar a circunstância relevantíssima que ele, e não ela, é que consta no contrato de seguro como principal condutor, conforme fl. 34, e que detalhes sobre as circunstâncias da infração foram apresentados à fl. 60.

Tudo isso levado em conta e à míngua de elementos em sentido contrário, resulta



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

inválida a imposição, em desfavor da autora, da penalidade de cassação, porquanto não era ela, e sim seu marido, quem conduzia o automóvel.

Como entende o STJ, a presunção de responsabilidade pela infração prevista no art. 257, § 7º do CTB é "meramente administrativa", podendo ser revertida judicialmente (STJ, AgRg no Ag 1370626/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 12/04/2011), o que de fato ocorreu na presente lide.

Julgo procedente a ação para anular o processo administrativo de cassação do direito de dirigir nº 527/2016, em andamento no DETRAN, prejudicado o pedido alternativo de fl. 27, item "d".

Presentes os requisitos do art. 300 do CPC, antecipo a tutela em sentença para deliberar que eventual recurso não terá efeito suspensivo no ponto e que **o DETRAN deverá, no prazo de 15 dias contados da sua intimação por intermédio do seu Procurador do Estado, comprovar o cumprimento da decisão, com o desbloqueio da CNH. O DETRAN fica intimado por seu procurador, sem necessidade de intimação pessoal, porque a Súm. 410 do STJ foi revogada pelo art. 513, § 2º do CPC.**

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 22 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**